



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 2 DE 5 DE JANEIRO DE 2023, PARA RECRIAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-CATADOR.

No dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, Secretária-Executiva Adjunta da SGPR, Tânia Maria de Oliveira, reuniu-se na sala 96, do 4º andar do Palácio do Planalto, em Brasília/DF, com representantes dos Ministérios para realizar a 7ª reunião do grupo técnico de trabalho instituído pela portaria n.º 2 de 5 de janeiro de 2023, para recriação do Programa Pró Catador. Estavam presentes: representando o Ministério do Meio Ambiente, Sabrina Andrade dos Santos; representando o Ministério do Trabalho e Emprego Niro Barros; e representando o Ministério das Cidades Sérgio Delduque. Foram convidados Tarcila Santos Britto Gomes, Promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público; Rinaldo Reis Lima, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão do Meio Ambiente do CNMP; Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Mato Grosso do Sul; Sidnei Aranha, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; e Lourdiane Mendes, agente administrativo da Secretaria-Geral da AGU e Presidente da Comissão do PLS/A3P (Plano de Logística Sustentável). Acompanharam a reunião assessorando a Secretária Adjunta, Renata Davilla, Lea Rocchi Sales, Mariana Lôbo Espineira e Nara Maubrigades, que secretariou a reunião, servidoras públicas na Secretaria Geral da Presidência da República.

A reunião foi presidida pela Secretária Executiva Adjunta, que após abertura com explicação sobre as atividades já desenvolvidas pelo GTT, solicitou que os convidados se apresentassem. Após as apresentações, os movimentos convergiram sobre os seguintes pontos: necessidade de maior fiscalização de empresas que executam atividades como catadores e catadoras; protagonismo dos catadores e catadoras nas políticas relacionadas a resíduos e logística reversa; preocupação e inclusão de catadores e catadoras que não estão formalizados ou associados; preocupação com carga tributária na atividade como catador; necessidade de pesquisas e diagnósticos sobre a situação dos catadores e catadoras para criação e efetivação de políticas públicas; e estabelecimento de metas de reciclagem de forma a garantir o protagonismo dos catadores, possuindo relação com o empoderamento e inclusão socioeconômica dos catadores e catadoras. Além desses apontamentos, ressaltaram a importância de harmonização na atuação dos entes federativos e maior organização da coleta seletiva, com disponibilização de informações para a sociedade buscando maior engajamento sobre o tema. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis apresentou novo documento com contribuições para revisão do Decreto nº 11.044 de 13 de abril de 2022, elaborado em parceria com a Promotora de Justiça do MPT/PR.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, segue assinada pela Secretária Executiva Adjunta, Tânia Maria de Oliveira.

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2023.